



INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO – SMPFTCO.

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL NA ESFERA TRIBUTÁRIA AO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.

PARECER JURÍDICO

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL NA ESFERA TRIBUTÁRIA AO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN - DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 24, II, LEI 8.666/93 – POSSIBILIDADE – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

I – RELATÓRIO

Por força do disposto no inciso VI do Art. 38 da Lei nº 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório (Dispensa de Licitação), cujo objeto é a “solicitação de contratação de serviço em consultoria administrativa e judicial na esfera tributária ao município de Tenente Laurentino Cruz/RN”.

O requerimento advindo da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças, Tributação e Controle Orçamentário – SMPFTCO, através do memorando n.º 25/2021, aduz que em face o que rege a Constituição Federal estabelece competências e prerrogativas próprias para cada nível de governo tanto em matéria tributaria quanto de gasto público. Diante da necessidade de instituir, prever e realizar efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional da competência do município (art. 11 da LC nº 101/2000), torna-



se imprescindível a disponibilidade de dados fidedignos para a estruturação e constituição dos créditos tributários.

Aduz ainda ser indispensável à análise da base de dados do ultimo quinquênio, avaliação da rotina de gestão fiscal/tributária em consonância com a legislação vigente e o estudo do cenário econômico regional visando detectar os fatos geradores que deverão alimentar as informações necessárias a confirmação e constituição de créditos fiscais.

Ainda reforça que a presente contratação se faz necessária em face da dependência dos repasses constitucionais materializados através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e que a receita própria, constituída por IPTU, ISSQN, ITBI e demais taxas e contribuições, tem um potencial de crescimento superior a 50% (cinquenta por cento), e o município de Tenente Laurentino Cruz/RN, não dispõe, no quadro de servidores da prefeitura, de técnicos qualificados na área de gestão tributária para atender a necessidade de alavancagem de tais receitas, assim far-se-á necessária recorrer a contratação dos serviços mencionados.

O Processo vem instruído com os seguintes documentos:

1. Memorando;
2. Despacho do Prefeito;
3. Proposta de Prestação de Serviços;
4. Certidões;
5. Atestado de Capacidade Técnica;
6. Despacho de Previsão Orçamentaria;
7. Declaração do Ordenador de Despesa;
8. Despacho para a Procuradoria emitir Parecer;

O processo foi autuado em 08 de Julho de 2021.

É o relatório. Passo a opinar

II – FUNDAMENTAÇÃO



Inicialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o inciso V do Art. 2º da Lei Complementar nº 152/2006, que trata da criação da Procuradoria Geral do Município, incumbe, a este órgão, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico.

Superada esta questão preliminar cumpre mencionar que a obrigatoriedade da licitação é um pressuposto de toda contratação pela Administração Pública, se apresentando como a melhor forma de obter o menor preço, o melhor produto e o melhor serviço.

A Dispensa por sua vez, se verifica sempre que, a Licitação embora possível, em vistas da viabilidade da competição, não se justifica em razão do interesse público, sendo expressamente vedado o **fracionamento de despesas**, caracterizado quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta.

Compulsando os autos, observa-se que a pretensão da Administração Pública em contratar por meio de Dispensa de Licitação, encontra guarida **em razão do valor da contratação**. Assim, verifica-se que a Dispensa de Licitação encontra base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Nestas hipóteses, a economicidade é, em suma, o fundamento, *a ratio*, da referida dispensa de certame licitatório. Observe-se que a licitação tem um custo financeiro para a



Administração Pública e há hipóteses em que este custo financeiro é superior ao benefício que dela, licitação, advirá.

Nesse ponto, nos ensina Lucas Rocha Furtado¹, que, a respeito do tema em apreço profere lúcido comentário:

“Nesses casos, o legislador entendeu que, em razão do pequeno valor a ser contratado, não se justificaria a realização de licitação em face do valor da futura contratação. É sabido que a realização de licitação gera ônus para a Administração, de modo que o custo de sua realização não justificaria seus benefícios”.

Não podemos esquecer que os Processos de Dispensa de Licitação são disciplinados pela Lei de Licitações através de seu Artigo 26, que em seus Parágrafo Único, fixa as situações que exigem além da motivação pela dispensa ou inexigibilidade, a comunicação à autoridade superior e a publicação em imprensa oficial para contratação direta sem licitação, senão vejamos:

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

¹Furtado, Lucas Rocha. *In Curso de Licitações e Contratos Administrativos: Teoria, Prática e Jurisprudência*, São Paulo, Atlas, 2001, p. 70.



Contudo, o mesmo texto normativo admite a desnecessidade da justificação na isolada hipótese de dispensabilidade em função do reduzido valor do objeto (Artigo 24, I e II), dada objetividade da excludente aritmética.

Se observarmos atentamente o caput do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, verificamos que as exigências referentes à **razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço** respingam tão somente sobre as **dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25**, deixando claramente de fora os incisos I e II do Art. 24 do aludido diploma legal.

Deste modo, há que ser ponderado, inicialmente, que para a incidência do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 exigem-se, a priori, os seguintes requisitos: a) ser a despesa de valor não superior a 10% do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, ou seja, não superior a R\$ 17.600,00; b) não constituir a despesa parcela de outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Todavia, pautado nos Princípios da Administração Pública entendemos ser razoável estender tais condições para as aquisições e contratações realizadas com base no pequeno valor, sobretudo aquelas exigências consignadas nos incisos II e III do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Sendo assim, devem os processos de Dispensa de Licitação autuados com fulcros no inciso I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, ser instruídos com documentos comprobatórios que preencham os seguintes requisitos: a) ser a despesa de valor não superior a 10% do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, ou seja, não superior a R\$ 17.600,00; b) não constituir a despesa parcela de outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; c) razão da escolha do fornecedor ou executante e d) justificativa do preço;

In casu, entendo ser possível o enquadramento da pretensão da administração ao primeiro requisito (não superior a R\$ 17.600,00), vez que conta no resumo da proposta o valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).



No que diz respeito ao segundo requisito, qual seja, “não constituir a despesa parcela de outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”, observo, sem delongas, nos possibilita o declínio de uma análise mais apurada, acreditando, com base no princípio de presunção da veracidade, que o preenchimento de tal exigência legal esteja presentes nos autos.

Em relação aos requisitos “razão da escolha do fornecedor ou executante” e “justificativa do preço”, entendo que igualmente estão preenchidos. Tal conclusão se extrai da análise da pesquisa mercadológica acostada aos autos, na qual a proposta serve de critério para declaração do vencedor do certame, além de embasar a justificativa dos preços.

Importante destacar que a estimativa de preços é fundamental para a atividade contratual da Administração, como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames públicos e àqueles executados nas respectivas contratações.

Outrossim, nunca é demais destacar que o Gestor deve adotar todas as cautelas possíveis para que não haja fracionamento de despesas, o que poderá vir a caracterizar ato de improbidade administrativa por dispensa ilegal de licitação.

Por último, evidencia-se que na aferição do presente procedimento, os documentos apresentados foram considerados sob seus aspectos da veracidade ideológica presumida.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação de verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei nº 8.429/92, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37/CF).

Destaca-se, finalmente, que as conclusões registradas no presente parecer não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo seu conteúdo, e por constatações de



procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, **OPINO** pelo deferimento do pedido, com vistas ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, autoridade competente para conhecer e decidir a matéria.

É o parecer. À consideração superior.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 11 de agosto de 2021.

Rosberg Gomes de Araújo (OAB/RN 12.197)
Procurador Geral do Município